

A IDEIA

Publicação fundada
em 1974

Não destinada
à venda comercial

Periodicidade
anual

VINTE ANOS DEPOIS

Há vinte anos, ocorria o tumulto de 25 de Abril e poucos dias depois saía a público o primeiro número desta publicação. Com ela ressurgia também, simbolicamente, o movimento anarquista ou libertário, que fora vivaz e importante nos princípios do século mas do qual as gerações do último após-guerra já nem sequer tinham ouvido falar.

Esta tripla conjunção de factos mostra fortes laços de conexão e dependência, mas nem todos no mesmo sentido e intensidade. Alguns foram apenas episódicos; outros, mantiveram-se em tensão, mais ou menos crispada. Vinte anos depois, que nexos ainda restarão?

Indubitavelmente, as transformações iniciadas a 25 de Abril de

1974 foram as mais significativas das últimas décadas ocorridas na sociedade portuguesa, equiparáveis às simbolizadas pelo 5 de Outubro de 1910 ou pelo 28 de Maio de 1926. E se, no plano puramente político, isto parece ser irrefutável, arriscamos mesmo dizer que, no plano das relações sociais, da vida económica e da posição de Portugal no mundo, o 25 de Abril inaugurou um processo de mudanças que supera claramente qualquer dos anteriores, pela importância e consequências das transformações desencadeadas.

Muitos dos protagonistas da política revolucionária dos anos 70 sentem-se hoje amarguradamente defraudados dos seus sonhos ou ambições, perante

1994



uma rotina constitucional que os exclui. Boa parte das classes populares que então se empolgaram “pelo socialismo”, ou reagiram contra os desmandos de comunistas e esquerdistas, preocupam-se hoje de novo mais com o desemprego e a crise, após sufrágios consagradores do partido e do homem que encarnaram o enriquecimento, o desenvolvimento e as perspectivas europeias dos anos 80. Tudo isto são, porém, arrufos conjunturais, momentos de exaltação ou de desânimo, que fazem com que se ganhem ou percam eleições, mas que não afectam o sentido mais profundo de certas orientações e tendências.

O 25 de Abril liquidou a hipoteca colonial e a mitologia do império, remeteu-nos para a Europa, o seu padrão de riqueza e desenvolvimento, mas também o seu sentido de direito republicano, onde cabem a noção de igualdade dos indivíduos perante a lei e a forma de organização democrática do governo. Isto, são viragens de fundo que se não alteram com simples alterações de políticas ou de governantes, nem fluem ao sabor das conjunturas económicas ou das comoções da

opinião pública. Disto, é credor o 25 de Abril e felizes podem, legitimamente, sentir-se todos aqueles que para ele contribuíram ou que a ele aderiram com sinceridade. Os que hoje clamam contra a “traição aos ideais de Abril” não têm, definitivamente, razão: ou são ingénuos - o que não é o caso dos políticos - ou, muito simplesmente, são aqueles que queriam ter imposto aos demais a sua própria concepção de governo e de sociedade e não suportam ver-se democraticamente suplantados nas cadeiras do poder por tecnocratas ou políticos da 3ª hora!

Mas nestas mudanças de fundo, nem tudo são rosas nem aquisições definitivas. Todos os comentadores afirmam encontrar-se hoje a Europa e o mundo pós-guerra-fria na pior postura económica e na situação social mais crispada de que há memória desde os anos da “grande depressão”. Os custos da poluição e dos desperdícios, da urbanização, do turismo e do progresso do nível de vida das populações começam a ser assustadores. O próprio sistema de equilíbrios estratégicos que tem por centro a Europa (um dos pontos nevrál-

gicos em que o nosso 25 de Abril não ousou tocar, mantendo a continuidade da política de Salazar e Caetano) apresenta fissuras e hesitações perante a forma como lidar com a Rússia e os novos países livres do Leste, resolver a crise balcânica, enfrentar as ameaças fundamentalistas islâmicas, criar uma entidade política europeia com uma dimensão de defesa e segurança colectivas e revendo, necessariamente, o seu relacionamento com o amigo americano. São demasiados problemas graves, que não podem deixar de reflectir-se na vida de um pequeno país como Portugal. É de lastimar, porém, a pouca atenção pública que lhes é dada, deixando-os quase inteiramente no foro dos especialistas, do debate inter-partidário e do tratamento mediático das notícias.

É certo que as soluções para estes problemas situam-se no futuro e nas decisões do presente, de nada parecendo servir “chorar lágrimas sobre leite derramado”. Contudo, não será mais realista, rigoroso e moralmente mais certo, reconhecer que, ao lado dos aspectos benéficos e desejáveis das grandes transformações e dos novos caminhos, outros

aspectos há que sofrem involuções, destruições, e que isso constitui um custo ou uma perda, quiçá irremediável, do nosso património humano colectivo? Trata-se, no fundo, de reconhecer dignidade e alguma parte de razão aos “vencidos da história” e, por outro lado, de assumir as consequências negativas dessa mesma história. Convenhamos que, se seria pedir ou esperar demais, uma tal atitude em políticos ou órgãos de poder, ela nos parece indispensável num plano cívico de cidadania, intelectual, pessoal e social.

O 25 de Abril fez, pois, vinte anos e Portugal encontra-se igual a si mesmo e muitíssimo diferente do que era em 1974. Com mais automóveis e televisões, com jovens que não têm que combater contra tradições aparentemente absurdas, com novos problemas de saúde e de identidade pessoal, e ainda com camponeses envelhecidos (e mais sós) e bairros-de-lata. Com um sistema constitucional, de partidos e de relações profissionais que funcionam e não nos obrigam às cruzadas das grandes causas. Com uma idade, solidez, eficácia e legitimação que já deixaram para

trás a comparação com a república democrática de 1910-1926. Venham mais vinte!

Nos primeiros tempos depois de Abril, os anarco-sindicalistas sobreviventes da antiga CGT, dos grupos anarquistas, do 18 de Janeiro, do Tarrafal e da guerra de Espanha tiveram a recompensa de poderem voltar a aparecer à luz do dia e, com alguns jovens do momento, sonharam poder reconstituir um movimento libertário nas condições do Portugal livre que renascia. Na realidade, se alguma coisa das suas intuições e certezas correspondeu à vibração da hora - o clima público então vivido era fortemente marcado pelas ideias de liberdade -, a sua estratégia mos-

trou-se completamente inadequada, fazendo-os passar, uma vez mais, "ao lado da história".

A Ideia, publicação de um pequeno grupo então fundado, correspondeu em parte a este trajecto, mas dele também se distanciou. Primeiro, a partir de 1978 ou 79, reorientando-se claramente para uma actividade político-cultural, de cariz cívico e procurando renovar e reformar vários aspectos doutrinários e políticos do libertarismo. Depois, em 1991, após dezoito anos de constante batalhar, dissolvendo-se, enquanto grupo, mas tendo o cuidado de o fazer de forma preparada e exemplar. O prosseguimento da sua edição, na forma presente, é disso prova. Venham mais vinte!

ERRATA:

Saiu lamentavelmente gralhado o nome do autor do texto da edição de A IDEIA referente a 1993. Do facto pedimos desculpa ao Miguel Serras Pereira e aos nossos leitores.

Dir. e Prop.: João Freire

Endereço: Apartado 140
2490 Ourém - Portugal

Depositário: C.E. L., Rua Marquês
Ponte de Lima, 37-2.º-D.º Lisboa

Execução gráfica: Tipografia
Comercial de Tomar

Depósito legal: 3.276/83

Registo título: 104.197

Registo prop.: 207.384

ISSN: 0870-6913

